

Lugar e identidade: o legado sertanejo do povo nortense do Tocantins

Ferraz, Elzimar Pereira Nascimento; Da Silva, Elias

Veröffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Ferraz, E. P. N., & Da Silva, E. (2015). Lugar e identidade: o legado sertanejo do povo nortense do Tocantins. *Revista Desafios*, 2(1), 4-18. <https://doi.org/10.20873/ufv.2359-3652.2015v2n1p04>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY-NC Lizenz (Namensnennung-Nicht-kommerziell) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.de>

Terms of use:

This document is made available under a CC BY-NC Licence (Attribution-NonCommercial). For more information see: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

LUGAR E IDENTIDADE: O LEGADO SERTANEJO DO POVO NORTENSE DO TOCANTINS

PLACE AND IDENTITY: THE LEGACY OF THE PEOPLE NORTENSE SERTANEJO OF TOCANTINS

Elzimar Pereira Nascimento Ferraz
Universidade Federal de Goiás-UFG

Elias da Silva
Universidade Federal do Tocantins-UFT

RESUMO

O desenvolvimento histórico do extremo norte do Tocantins está intrinsecamente relacionado a uma ligação dupla: o lugar e a identidade. Nesta perspectiva, o texto aborda aspectos do processo de povoamento no Bico do Papagaio, considerando, entre outras características, a posse da terra livre para o trabalho constituinte do lugar numa ordem que vincula a terra da produção à residência, à convivência e às práticas socioculturais, resultando em última instância na construção identitária que se alimenta de valores humanitários. O procedimento metodológico adotado contemplou uma revisão bibliográfica subsidiada especialmente por autores de diferentes filiações teóricas, porém convergentes ao tema. Neste estudo, buscamos estabelecer a relação entre lugar e identidade numa concepção de formação de sujeitos como processo social mais amplo no qual se efetiva pela troca de saberes, atitudes e modos de vida não institucionalizados por padrões escolares, que ajudam a compreender a base dos usos e costumes da população nortense advindos da vida rural tradicional.

Palavras-Chave: Cultura; norte do Tocantins; formação socioterritorial

ABSTRACT

The historical development of the northern end of Tocantins is intrinsically linked to a double bond: the place and identity. In this perspective, the text approaches aspects of the settlement process in the Parrot's Beak, considering, among other characteristics, ownership of free land for the constituent work place in order that links the land from production to residence, the coexistence and socio-cultural practices resulting ultimately in the identity construction that feeds on humanitarian values. The methodological procedure adopted included a literature review subsidized especially by authors of different theoretical affiliations, but convergent to the subject. In this study, we seek to establish the relationship between place and identity in designing training subjects as broader social process in which it is effective for the exchange of knowledge, attitudes and ways of life not institutionalized by school standards, which help to understand the basis of uses and customs of nortense population arising from traditional rural life.

Keywords: Culture; northern Tocantins; socioterritorial training

Recebido em 18/11/2015. Aceito em 10/12/2015. Publicado em 18/01/2016.

INTRODUÇÃO

O ser humano abarca um processo de formação ampla e fundamental em sua existência, capaz de criar como indivíduos: homens e mulheres, agentes transmissores e construtores de uma história educacional coletiva assentada nas vivências cotidianas. Nesse sentido, a constituição dos grupos sociais no desenvolvimento histórico da humanidade está intrinsecamente relacionada ao lugar e à identidade, como legados de construções do processo sociocultural resguardando suas devidas particularidades.

O extremo norte do estado do Tocantins isolado por décadas pela política dos governos federal e estadual não participou efetivamente do processo de colonização por paulistas e mineiros vindos, como ocorreu em Goiás. Ao contrário disso, teve a formação da população composta primeiramente por indígenas, tropeiros, posseiros, quilombolas, fazendeiros vindos do nordeste e garimpeiros. Neste sentido, o extremo norte tocantinense foi ocupado e constituído como lugar do homem comum, do homem simples. Mesmo em plena atualidade, este lugar de outrora é lembrado na travessia pelo universo rural, como quadros que surgem da memória dos segmentos populacionais constituidores da ocupação inicial, numa espécie de reprodução e transmissão do discurso fomentador da identidade nortense.

Nesta perspectiva, a discussão que empreendemos parte do pressuposto de que a ocupação da terra e construção da identidade vinculam-se ao cotidiano deste lugar comumente conhecido como Bico do Papagaio¹. No referencial teórico adotado apresentamos autores sem a necessária pureza de única linha paradigmática, ou seja, autores que, embora pertençam a paradigmas diferentes, podem ser aproximados à nossa concepção de ideias sobre lugar e identidade no extremo norte tocaninense.

Esta abordagem sugere apreender a realidade apreciada sob diferentes ângulos. Também possibilita a construção do próprio arcabouço teórico/metodológico, cuja intencionalidade e concretização levam a uma aplicação plausível às nossas prerrogativas,

¹ A denominação Bico do Papagaio é popularizada, no entanto não é institucionalizada. Na obra de Ferraz (2000) aparece um mapa da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) com a compartimentação do estado do Tocantins em zonas, e a primeira delas chamava-se Zona do Papagaio, e era composta por vinte e dois municípios, pois não constavam os municípios de Santa Terezinha, Luzinópolis e Aguiarnópolis. A SEPLAN, bem como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não possuem um mapa especificando esta região. A Associação dos Municípios do Bico do Papagaio (AMBIP) apresenta vinte e cinco municípios, sócios e não sócios pertencentes a essa região. Atualmente a região compreende do Sul para o Norte todos os municípios a partir da cidade de Darcinópolis até Esperantina. É uma região composta de pequenos municípios e as características culturais como o modo de falar, a culinária, os tipos de dança e a música aproximam-se consideravelmente às da cultura paraense e maranhense, além de alguns costumes do Piauí.

quais sejam da luta pela posse da terra como premissa que traz implícitos elementos de ordem material e imaterial, estes últimos não menos importantes, sobretudo quando se trata dos grupos populacionais constituidores da ocupação inicial. Nesta escrita, refletimos sobre a constituição histórica e geográfica da região do extremo norte do Tocantins na perspectiva deste antecedente como legado rural constituído neste lugar. Destarte, o texto está organizado em duas divisões interligadas pela totalidade que o compõe, ou seja, lugar de identidade sertaneja.

GEOGRAFIA DE UM LUGAR

O lugar é revestido, ao mesmo tempo de objetividade e subjetividade. É a categoria geográfica da dimensão existencial por meio da qual o mundo ganha sentido para o indivíduo e o grupo social. Ao pensarmos o lugar, devemos pensar a dimensão da vida na apropriação do espaço territorial no âmbito das relações sociais de proximidade e convivência.

Os aspectos históricos do Tocantins, com destaque para a região do Bico do Papagaio, extremo norte do estado, são retratados numa visão macro do lugar a partir da formação cultural dos povoados. A definição de lugar, abordada por (Tuan, 1983), revela o dinamismo do conceito que define o lugar, na perspectiva da topofilia, que estuda o apego profundo do homem ao lugar.

Segundo (Tuan, 1983, p.198), o lugar, com a diferenciação de movimento, estabelece pausa na corrente temporal. O autor explica que “O lugar é um mundo de significado organizado.” Fruto da vivência, o lugar se constitui a partir do enraizamento, do pertencimento, ficando o sujeito ligado por raízes profundas de sentimento e emoção. Dificilmente se adquire sentimento de apego sincero por algo ou alguém num curto tempo de ligação. Por isso, ainda de acordo com teórico, para se sentir um lugar é preciso ver, ouvir, cheirar, saber a hora de o sol nascer e se pôr, a hora de trabalhar e descansar.

Conforme (Carlos, 1996, p.26), “O lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência social dos seres humanos.” Para a autora, a ideia de construção norteia a reflexão sobre o pertencimento e a prática social do lugar por apresentar uma constituição histórica significativa de um passado presente na perspectiva do futuro com novas relações. Nessa perspectiva, este item contempla relações entre passado e presente manifestadas em algumas

características histórias que compõem o lugar chamado Bico do Papagaio. Esse passado e presente é norteador para as afirmações sobre o futuro.

O extremo norte tocaninense conhecido popularmente como Bico do Papagaio recebe essa denominação por ser uma expressão alusiva ao formato do mapa do estado do Tocantins que sugere o desenho do bico de um papagaio. Antes da criação do estado, em 1988, pertencia ao extremo norte de Goiás. Se em relação aos aspectos políticos/administrativos está circunscrito ao estado do Tocantins, sua dimensão sociocultural e identitária e físico/geográfica ultrapassa os limites territoriais, abrangendo, além do Tocantins, parte territorial de estados limítrofes: Maranhão e Pará. (Ferraz, 2000, p. 111) expõe sobre essa abrangência:

A região conhecida como Bico do Papagaio deve ser compreendida não apenas pelo espaço geográfico entre o baixo Araguaia e o Tocantins, mas por uma vasta região de entorno também conhecida como Amazônia Oriental. Área correspondente ao norte do Tocantins, sul do Pará e oeste do Maranhão, é também chamada de região tocanina.

A afirmação acima incorpora a questão da identificação do Tocantins com as regiões nordeste e norte do Brasil, as quais remontam a décadas passadas. Já no início do século XX, no lugar de fronteira, os nortenses, como eram chamados os goianos dessa região, tinham a pecuária como principal atividade econômica. Ao explicar sobre a economia goiana no norte de Goiás, (Campos, 2002, p. 35-36), afirma que “[...] a região Norte, não possuindo senão os rios como meios de comunicação – potencial inexplorado –, tinha apenas o gado que se auto transportava.” Esta atividade de criação de gado foi uma das causas responsáveis pela consolidação da ocupação resultando na criação de algumas cidades ribeirinhas.

A ocupação do Bico do Papagaio teve como fator de influência, além da criação de gado na primeira metade do século XX, a intensificação da chegada de agricultores habitantes dos sertões de outros estados, principalmente Maranhão, em virtude das migrações leste-oeste brasileiras, que basicamente contemplam os nordestinos. (Pinho, 1995, p.20) destaca a constituição da população dessa região fronteira:

O Bico do Papagaio é uma terra habitada por muitos camponeses. São pessoas vindas de vários Estados, através das famosas correntes migratórias. Entram na região do Bico desde 1860, mais especialmente a partir de 1940, estabelecendo lá sua morada e um lugar para trabalhar: plantação de roças, caça e pesca, garimpos, extração de coco babaçu.

As primeiras aglomerações de pessoas na região do Bico do Papagaio no período histórico correspondente à primeira metade do século XX situaram-se num lugar-cenário de formação histórica, denominada por viajantes, antropólogos, historiadores e pelo povo de “sertão”. Mas qual a definição de sertão? Na perspectiva de nacionalidade, o antropólogo (Darcy Ribeiro, 2006) enfatiza que a área geográfica correspondente aos sertões compõe-se de uma vegetação diferenciada, engloba o norte e nordeste e parte da região centro-oeste do Brasil. Conforme o autor em questão, (Darcy Ribeiro, 2006, p. 306):

Toda essa área conforma um vastíssimo mediterrâneo de vegetação rala, confinado, de um lado, pela floresta da costa atlântica, do outro pela floresta amazônica e fechado ao sul por zonas de matas e campinas naturais. Faixas de florestas em galeria cortam esse mediterrâneo, acompanhando o curso dos rios principais, adensando-se em capões de mata ou palmeiras de carnaúba, buriti ou babaçu, onde encontra terreno mais úmido.

No âmbito deste termo o qual expressa uma ampla dimensão interiorana do território brasileiro, (Amado, 1995), afirma que o sertão nomeia uma ou mais diferentes regiões. Sertão é uma denominação que antecede a chegada dos portugueses e atualmente ainda é muito usada de norte a sul do Brasil com diferentes referências, por ser também uma categoria do imaginário social. Segundo a autora, o conceito de sertão foi construído pelos portugueses ao longo do período colonial para nomear áreas muito distintas.

Numa tentativa de explicar sobre o dualismo contido na palavra sertão (Amado, 1995, p. 150), afirma que: “desde o início da história do Brasil, portanto, figurou uma perspectiva dual, contendo, em seu interior uma virtualidade: a da inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava”. A palavra sertão foi usada durante e pós-colonização portuguesa para qualificar os espaços do domínio português, mas foi também incorporada pelo povo brasileiro no sentido de marcar uma territorialidade e uma característica da identidade nacional construída pela população brasileira que residia distante da faixa litorânea.

A ocupação do Bico do Papagaio pode ser concebida como a chegada de sertanejos vindos de outros sertões para ocupar as terras do extremo norte de Goiás. Os laços familiares impulsionaram os pais a deixarem os lugares de origem. Na contumácia de encontrar recursos materiais residiram em outras terras em busca de cultivá-las, coletar coco babaçu e praticar comércio de peles e alimentos. Esta ocupação nos permite incluí-la no contexto da ocupação da terra no Brasil que até meados do século XIX foi marcada pela sua posse, fato modificado com a Lei de Terras, em 1850, que instituiu a propriedade da terra mediante a aquisição,

tornando-a mercadoria. A partir daí iniciaram-se as disputas e os conflitos por terras devolutas para trabalho sob a bandeira da busca pela “terra prometida” de cujo processo o Bico do Papagaio aguardou a posteridade.

No texto de Fernandes (s/d) “Brasil: 500 anos de luta pela terra”, além dos aspectos objetivos da luta política pela posse da terra, há que se observar aspectos subjetivos, o que indica um discurso de identidade, sociabilidade e religiosidade. Os que transpõem à luta pela terra o desafio da felicidade pautam-se no princípio da liberdade da vida em seu sentido amplo e superam a simples visão capitalista e de mercado. Ao referir-se ao longo processo de luta pela terra, que na verdade embasa e amplia a reforma agrária, Fernandes (s/d p. 01) afirma:

(...) Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições.

Reportando à história, lembra o momento de constituição do trabalho livre no Brasil, combinando a institucionalização do cativo da terra com a chegada dos imigrantes, no qual o ex-escravo na condição de trabalhador livre busca a “terra prometida”. A princípio o Quilombo é uma nova e necessária perspectiva identitária sobre a produção e reprodução socioterritoriais. O cativo da terra, como coloca (Martins 1990), levou à busca pela posse da terra num peso extremamente desigual, pois a burguesia passou a dominar a terra pelo poder econômico e político, enquanto os camponeses se sintonizaram no direito adquirido pelo trabalho sobre ela. Em função desse confronto gerou-se um eterno movimento migratório em busca de uma espécie de “terra prometida”, uma vez que os camponeses sempre eram expulsos por supostos donos, proprietários grileiros. De acordo com Fernandes (s/d p. 03), este processo desigual acontecia da seguinte forma:

(...) os ex-senhores de escravos transformados em senhores da terra passaram a grilar a terra. E para construírem a trama que dominaria as terras do Brasil, exploraram os trabalhadores. Estes transformaram florestas em fazendas de café ou de gado, mas foram expropriados, expulsos, sempre sem-terra. Assim, nasceu o posseiro, aquele que possuindo a terra, não tem o seu domínio. A posse era fruto do trabalho e o domínio era resultado do poder. (...) Assim, os grileiros-verdadeiros traficantes de terra-formaram os latifúndios. Os camponeses trabalhavam na derrubada da mata, plantavam nessas terras até a formação das fazendas, depois eram expropriados.

Nesse contexto de exploração, a migração torna-se uma questão de sobrevivência e resistência, ao mesmo tempo em que visa alimentar a distância da cerca e do cerco do latifúndio. Para Martins (1990), lutar contra as cercas era lutar contra o coronelismo, porque os latifundiários, sendo senhores absolutos, dominavam a terra e a vida dos camponeses.

O que impulsiona o atual projeto nacional de Reforma Agrária é o longo processo dos movimentos na luta pela terra, no âmbito dos quais os movimentos messiânicos foram a maneira necessária para alimentar o discurso realista na atualidade, apesar do combate burguês. É nesse contexto que se consolida ao longo do tempo uma base nacional de organização política com contornos diferentes. Fernandes (s/d p. 05) sinaliza, em última instância, o sentido de um discurso e uma identidade que tem na terra livre para o trabalho seu fim último.

A forma de organização desde os movimentos messiânicos até os grupos de cangaceiros demarcavam os espaços políticos da revolta camponesa. Eram consequências do cerco à terra e à vida. Embora fossem lutas localizadas, aconteciam em quase todo o território brasileiro e representaram uma importante força política que desafiava e contestava incessantemente a ordem instituída. São partes da marcha camponesa que percorre o espaço da história do Brasil.

O processo de exclusão/inclusão à terra pode ser visualizado a partir dos anos de 1960 com a presença da Igreja, fundamentada na Teologia da Libertação. A igreja tem participado na formação da identidade e do discurso, dois elementos importantes na compreensão da posse da terra para o trabalho, opostamente à terra como mercadoria e pela exploração humana. Conforme Fernandes (s/ds), a Igreja assumiu o discurso da Teologia da Libertação ao lado dos camponeses ou posseiros/expulsos, Fernandes (s/d p. 08) coloca:

No começo dos anos 60, nasceram as primeiras Comunidades Eclesiais de Base - CEB's. Em meados dos anos 70, elas existiam em todo o País. No campo e na cidade, foram importantes lugares sociais, onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. À luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as comunidades tornaram-se espaços de socialização política, de libertação e organização popular. Em 1975, A Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra -CPT. Trabalhando juntamente com as paróquias nas periferias das cidades e nas comunidades rurais, a CPT foi a articuladora dos novos movimentos camponeses que insurgiram durante o regime militar.

Um possível discurso que fomentou a identidade dos comuns em busca da terra como filosofia de vida livre das pressões do trabalho capitalista, está presente nos interstícios cotidianos dos camponeses. Lutas às quais, a Igreja aderiu assumindo um discurso

transcendental com a terra, ou seja, há um componente espiritual com a posse da terra que pode ser resgatado na mensagem libertadora do Evangelho pregado por Cristo.

A saga dos 500 anos na luta pela terra, traçada por Fernandes, inclui o atual Movimento dos Sem Terra que pode ser exemplificada ao abordarmos a região do Bico do Papagaio e deve ser concebida numa verdadeira trajetória explicitamente ancorada na práxis política dos excluídos da terra e do território, mas que carrega implicitamente a dimensão subjetiva da fé em busca da “terra prometida” para a vida plena e livre do opressor.

Assim, a dimensão política é o ato de tomar decisão e agir, enquanto a dimensão da fé é a certeza de que o ato de decidir e agir terá como resultado o produto final: a terra, na qual será permitido viver dignamente. Neste contexto abordado, consideramos o Bico do Papagaio uma área marcada pela luta em busca de terra livre para o trabalho, com um forte componente identitário assumido pelos atores e apoiado por uma parte da Igreja com base no discurso da Teologia da Libertação, nascendo a partir de então grandes mártires como o caso do Padre Josimo².

Nesta questão agrária no Bico do Papagaio, segundo (Lira, 2011), o maior número de mortos ocorreu no período entre 1975 e 1986. Neste momento a repressão militar estava a serviço dos grupos econômicos nacionais e estrangeiros que visavam a grandes lucros com a exploração dos recursos naturais e o domínio de grande concentração de terras. Ao abordar o latifúndio relacionado ao poder político, (Lira, 2011, p. 135) destaca a região do Bico do Papagaio “como uma das mais violentas do país, no que diz respeito à questão da terra.” Em meados da década de 1980, os movimentos sociais do campo fortaleceram manifestações em prol da Reforma Agrária, acirrando ainda mais os conflitos de terra.

Na literatura sobre os movimentos nacionais na luta pela terra, verificamos que na maioria das vezes os movimentos de posse da terra nessa região têm uma relação de fuga ao repudiar o modelo agroexportador do nordeste e do centro sul. O capitalismo modernizador, na tentativa de “aprisionar” os trabalhadores para o trabalho monopolizado nas mãos dos capitalistas se deparou com movimentos para essa região que trazem a marca da terra livre para o trabalho livre.

O lugar é condição de estabilidade. De acordo com (Ratzel 1990) o próprio caráter de nomadismo ou sedentarismo está ligado ao desenvolvimento social de cada povo, no qual, o

² O padre Josimo Morais Tavares foi morto, com um tiro nas costas, no dia 10 de maio de 1986. A Comissão Pastoral da Terra lançou no mesmo ano um livro para lembrar o trabalho pastoral do padre e também a conjuntura política, bem como as denúncias das ameaças sofridas por ele. O livro inicia-se com um poema de Pedro Terra intitulado: A morte anunciada de Josimo Tavares. Desde 1987, a cada ano, é realizada uma marcha denominada Romaria da Terra.

solo é substrato do desenvolvimento, ou seja, o estágio de nomadismo na história da humanidade denuncia o próprio processo de fixação: na medida em que os recursos eram mais generosos, a sociedade avançava; em contrapartida, os recursos eram esparsos, o desenvolvimento era retardado.

O autor é enfático ao afirmar sobre as necessidades básicas dos grupos humanos: alimentação, moradia e as relações de afetividade colocando-as na íntima relação com o solo, sobretudo, por identificar a família na base dos grupamentos humanos, ou seja, a família como uma espécie de micro escala de produção e organização política e sociológica. Desde a idade antiga até o estado moderno a família é um elemento basilar do Estado

O modo de organização familiar é histórico e se inicia com formação da família nuclear, unidade de reprodução da espécie humana, em virtude da união de um casal heterossexual. Esse modelo de família elementar, ao longo da história, sofreu grandes transformações. Com o avanço do modo de produção capitalista, a família transformou-se, pois a mãe saiu de casa para trabalhar, os filhos foram para instituições como as creches. Aliados a esses fatores, o divórcio e a homossexualidade alteram o que concebemos como modelo familiar.

Nessa linha de raciocínio, entendemos que ao longo do processo social a organização do território foi se tornando complexa, compreendendo o conjunto da produção socioterritorial, impactando na própria forma de comunicação na esfera das linguagens. A organização territorial vai se tornando complexa à proporção que também acontece o progresso nos campos das normas, do trato em relação ao uso do solo, e assim, num panorama, às trocas culturais. A evolução dos povos, compreendendo o próprio adensamento de conhecimentos nas esferas da língua, cultura, ciência e tecnologia e formas de gestão do território, é fundamentada no próprio discurso, uma vez que também o alimenta e o transforma no elo comum de identificação.

O desenvolvimento, nessa prerrogativa, sempre esteve alicerçado na comunicação identitária comum de um povo que, na busca pela dominação dos territórios de outros povos, não o fez sem a necessária ideologia, esta como a legitimidade no ato de dominar e influenciar povos próximos ou alhures.

Lugar e identidade são assim elementos, no âmbito dos quais, podemos tecer aplicações práticas tanto em escala nacional como local. Em tempos de globalização, cujos marcos importantes foram a queda do muro de Berlim e a valorização multicultural, o lugar se reveste de grande importância, pois contém o global ao mesmo tempo em que o alimenta e o

permite explicá-lo, conforme afirma (Santos, 1996). Para o referido autor, a categoria lugar/local se aplica ao país, uma vez que este dita as normas para o funcionamento dos agentes hegemônicos da globalização, o que significa afirmar que qualquer formação identitária, a partir do Estado Moderno, deve ser gestada no interior do Estado Nação. Neste sentido, tecemos algumas considerações à realidade tocantinense, particularmente na realidade regional do Bico do Papagaio, como possibilidades, ou proposições para aprofundamentos num enfoque mais direto à questão da posse e da propriedade da terra e a formação do sujeito.

A IDENTIDADE NORTENSE DO BICO DO PAPAGAIO

A certeza do pertencimento é assim posta no universo da identidade e do discurso de um povo sobre o território. A identidade não é uma dimensão explícita ou imposta por outrem sem o consentimento de quem a assume. Ela é sedimentada pelo discurso que expressa e divulga a condição de pertencimento, o que, assim, sedimenta a condição de lugar. Com base na afirmação do discurso relativo à pertença, os indivíduos reforçam tanto a condição de indivíduos como a condição de grupo e de povo ao qual pertencem.

Por sua vez, o território que aqui associamos à condição de lugar, numa interdisciplinaridade à Antropologia, ao mesmo tempo em que assume a existência ontológica enquanto ser é assumido também como base de reunião física da produção e reprodução de um grupo social, ou de um povo, portanto, compreendido na dimensão epistemológica, como contempla o clássico pensador (Ratzel, 1990) para quem não é possível a sociedade humana firmar qualquer empreendimento prescindindo dessa base física: a casa, as plantações. As cidades são obras humanas fincadas no chão. Mesmo pensando nas grandes naves espaciais que orbitam o espaço sideral, nenhum movimento lhes seria atribuído sem as plataformas terrestres.

A teoria da Antropogeografia desse clássico da ciência geográfica se firma e se sustenta com forte adesão até os dias atuais, com base nesses princípios. Em outras palavras, isso nos permite afirmar que o discurso da sustentação da identidade como materialização da fala precisa tanto dos elementos imateriais subjetivados como dos materializados ou empíricos que compõem o território associado à condição de lugar, seja em práticas ancestrais celtas, mitológicas e cotidianas, como também na moradia, no elo familiar, no trato de cultivo à terra como posse da materialidade do trabalho. Esses condicionantes sustentam a

comunicação no âmbito da experiência, do espaço/tempo e conduzem à elaboração prática guiada pela reflexão/ação sendo fundamentais na concepção e construção das formas socioterritoriais herdadas, atuais e em perspectivas somadas ao legado das conquistas.

A argumentação anterior referente ao povoamento do Bico do Papagaio como território e lugar de pertencimento é oportuna à aproximação com a abordagem de (Audrin,1963), em cujo estudo descreve características desta apropriação socioterritorial nos idos da primeira metade do século XX. De acordo com o autor, o território sertanejo, além de imenso, apresentava diversas dificuldades de comunicação em virtude da longa extensão de terras desabitadas, e era transitado no lombo de burros nos períodos de seca e nos períodos chuvosos (independente da época do ano). Segundo (Audrin, 1963, p. 92), “[...] Viaja-se a pé, em costas de animais, em barcos vagarosos e sempre por caminhos ásperos, por rumos incertos”, uma viagem prolongava-se por meses.

As viagens por terra ou por vias fluviais aconteciam por uma necessidade inerente à vida sertaneja - a busca por distração, por negócios (vender ou trocar algo), para procurar gado sumido no mato, para ir à busca de empréstimo de dinheiro, ou para recebê-lo, por um costume de prática religiosa, enfim, as causas para ficar ausente da residência por uns dias eram variadas. Na visão do autor, o tempo não tinha importância para a vida sertaneja.

Quanto à mentalidade e costumes sertanejos, (Audrin,1963, p.105) retrata a fisionomia do sertanejo com os dotes físicos, o espírito de observação e as aptidões artísticas como um “conjunto de elementos em que o goiano, o baiano, o piauiense, o cearense, o maranhense e o paraense se mesclam com descendentes de negros das minerações e principalmente de índios.” Consequentemente os traços físicos eram difíceis de caracterizar. No entanto, além do gosto artístico, a resistência física era uma qualidade comum ao povo sertanejo, mesmo com uma dieta mínima. Nas palavras de (Audrin 1963, p. 44): “só homens de coragem podem enfrentar a vida nos sertões.” Além disso, existia uma singularidade atribuída para aquela determinada gente, pelas qualidades e dons específicos daquele povo.

As relações sociais eram mantidas basicamente pelas trocas de tarefas, seja na derrubada da roça, na colheita, ou mais detidamente na atenção no momento de luto, já que era comum vizinhos ficarem toda a noite velando o corpo do falecido (fazendo sentinela). No entanto, adverte (Audrin, 1963, p. 160): “o que o sertanejo não gosta de emprestar são os instrumentos de trabalho, muito menos armas e menos ainda os animais.” Tal fato seria devido a esses utilitários serem indispensáveis na lida diária, dentre outros motivos pessoais.

Além disso, a relação entre sujeitos e território está carregada de ações dotadas de valores pela identidade e cultura sertaneja.

Sabemos que a região do Bico do Papagaio vem passando por transformações nas últimas décadas, sobretudo após o advento da construção de rodovias importantes como a Belém Brasília, e a Transamazônica. Com a criação do estado do Tocantins no final da década de 1980, a modernização do campo tem dado sinais de aceleração e a questão que deve nos incomodar no momento, a qual não é possível respondê-la por hora, é em que medida se pode verificar as transformações mais recentes no âmbito dessa modernização agrária e em que medida elas estão impactando os estilos ou filosofias de vida dos segmentos populacionais nos povoados, ou pequenas cidades, no sentido das crenças, valores e práticas, verificando, em última instância, em que medida o binômio “identidade, lugar” terá visibilidade suficiente para mobilizar manifestações e ações no sentido da busca do desenvolvimento socioterritorial frente ao aumento dos impulsos dessa manifestação de modernização territorial no âmbito do agronegócio que se adensa a cada instante.

O que podemos verificar é que, mesmo na atualidade, após certo grau de modernização territorial no que se refere às vias de circulação construídas após a criação do estado do Tocantins, o ritmo lento parece estar sendo assumido como uma filosofia de vida pelos diversos segmentos populacionais, recebendo, na atualidade, impulsos sob novas bandeiras como, por exemplo, a da sustentabilidade ambiental, por meio das manifestações em eventos na defesa das espécies tanto vegetais como animais, da qualidade da água, nas manifestações contra as queimadas, pela preservação de comunidades de pescadores, e quebradeiras de coco babaçu.

Neste sentido dos eventos que miram metas de desenvolvimento socioambiental, o site www.ecodebate.com.br//to-bico-do-papagaio, traz como matéria o evento sob título: “TO: Bico do Papagaio será palco de reivindicações de povos e comunidades tradicionais do Cerrado”, realizado em 2013, cuja programação contemplou apresentações artísticas locais, palestras voltadas para preservação de espécies vegetais do cerrado bem como momentos de reivindicações dos diversos segmentos sociais organizados, cujo ponto de partida é o lugar, como contemplou o referido evento.

Neste sentido, os valores de pertencimento arraigados na organização socioterritorial primam pela ética traduzida em qualidade, na qual os bens adquiridos, além da materialidade econômica são assimilados como bens culturais, uma vez que são contraídos sob a influência dos valores familiares. Por fim, uma organização dessa natureza guarda condições de se

tornar mais forte em situações e momentos de crise, por exemplo, quando acontece a expansão da fronteira capitalista que atingiu o Bico do Papagaio, sobretudo, a partir da construção da Belém-Brasília e que vem demonstrando sinais de adensamento nas últimas décadas, pós-criação do Tocantins.

A característica fundante da identidade, defendida nessa escrita, refere-se às diferentes atividades e valores culturais sertanejos aprendidos e transmitidos uns aos outros, uma vez que o sujeito da formação se constrói na relação comunicativa entre as pessoas, desenvolve sua própria educação e contribui demasiadamente para a formação dos demais.

TECENDO CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Bico do Papagaio vive um momento de transição entre a fronteira moderna capitalista e as resistências dos segmentos socioterritoriais que se alimentam da herança da conquista da terra livre para trabalho. O processo de transição para o capitalismo moderno ainda não teve êxito total graças exatamente à herança dos movimentos de resistência e por ter sido uma região de encontro e confronto entre várias influências culturais, inclusive indígenas. Assim, o conflito pela conquista da terra é evidente, aflorando com mais intensidade o desejo de resistência por parte dos segmentos nortenses que melhor conviveram com as culturas nativas.

Como toda realidade é dinâmica, é preciso acompanhar a própria evolução da posse da terra no extremo norte do Tocantins, dado o próprio momento de transição que afirmamos. Nesse acompanhamento foram apontadas questões como o papel da cultura popular e tradicional, a modernização em caráter amplo: campo, cidade, economia, família e migração, consumo, educação, bem como o campo político no âmbito do Estado, das associações e da Pastoral da Terra.

Com base na verificação desse leque de questões podemos mensurar ou pelo menos ter uma ideia do sentido da questão da relação lugar e sujeito. Esses aspectos da vida nortense trazem implícitos valores, crenças e práticas que concebem os diversos lugares na dimensão da totalidade da vida, expressa muito mais pela qualidade de seus elementos constituintes que pela sua quantidade, o que significa afirmar o sentido completo da terra, o qual não pode ser desvencilhado da moradia, do espaço de convivência, do ponto de reunião para as cerimônias, das festas e lazeres etc.

Neste sentido, diante da pressão modernizadora do capitalismo fica em xeque a identidade que se combina aos objetivos mais nobres de produção e reprodução da vida, concretizando crenças, valores e práticas socioterritoriais nas quais o coletivo está acima do individual, o que significa apreender a dimensão do “outro subjetivo” como fundamento dessa base coletiva. Por outro lado amplia espaço para competição, a disputa por emprego, a ideologia do consumismo, e as alterações nas relações de convivência impactadas pela internet e o sistema produtivo pelo avanço da monocultura em larga escala.

Atualmente, grosso modo, pode-se afirmar que mesmo com tantas mudanças estruturais tanto na zona urbana quanto na zona rural, como a ampliação do trabalho assalariado, novas relações culturais, familiares, comerciais com produtos manufaturados e o avanço da tecnologia, os moradores do Bico do Papagaio ainda utilizam características de viver num modo camponês/sertanejo.

Assim, a formação do povoamento no norte do Tocantins, pela leitura da dupla-ligação: lugar e identidade, enquanto processo contraditório, contempla seguimentos sociais que resistem aos padrões de modernização, considerando a cultura sertaneja no centro da formação deste território e marca da herança educativa na convivência entre as pessoas. Este lugar composto de cidades simples, povoados, assentamentos, fazendas, rios, vegetação abundante, por ser corriqueiro e complexo, por ser histórico, traz marcas profundas no seu modo de vida peculiar.

Pelas referências teóricas apresentadas concebemos a relação formativa no entrelaçamento entre lugar e identidade no Bico do Papagaio em sua dimensão histórica, política e econômica. Após esse exercício, sinalizamos a continuidade desta linha de pensamento, uma vez que o exercício da dúvida compõe a busca pelo conhecimento e instiga novas abordagens.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína. 1995. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*, vol. 8, nº 15. Rio de Janeiro: UFRJ.
- AUDRIN, Frei José Maria. 1963. *Os sertanejos que eu conheci*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. (Coleção Documentos Brasileiros).
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 2007. *O que é educação*. 41ed. São Paulo: Brasiliense.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. 1996. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucited.
- CAMPOS, Francisco Itami. 2002. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. Vieira, p. 33-76.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. 1996. *MST formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec.

- _____. Brasil: *500 anos de luta pela terra*. Artigo publicado na Revista de Cultura Vozes. Disponível em <http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>
- FERRAZ, Siney. 2000. *O movimento camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo*. 2. ed. Imperatriz-Ma: Ética Editora.
- LIRA, Elizeu Ribeiro. 2011. *A gênese de Palmas - Tocantins. A geopolítica de (Re) Ocupação Territorial na Amazônia Legal*. Goiânia: Kelps.
- MARTINS, José de Souza. 1990. *O Cativo da Terra*. 4 ed. São Paulo, Hucitec.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. 2008. *Território e História no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Annablume.
- PINHO, Maria José. 1995. *Prática Pedagógica e conflitos de Terra: um estudo junto a professores de escolas públicas da região do Bico do papagaio – TO*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 175p.
- RIBEIRO, Darcy. 2006. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RATZEL, F. 1990. *Geografia*. São Paulo: Editora Ática.
- SANTOS, Milton. 1996. *A natureza do espaço*. São Paulo, Hucitec.
- TUAN, Yi-Fu. 1983. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL.

Elzimar Pereira Nascimento Ferraz

Possui graduação em Pedagogia pela Fundação do Ensino Superior de Rio Verde (1992), mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília (2000) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2011). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Goiás em Goiânia.

E-mail: elzimar@uft.edu.br

Endereço: Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás. Rua 235, Setor Leste Universitário, CEP: 74605050 - Goiânia, GO - Brasil

Elias da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1993), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999), Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2010). Atualmente de professor Adjunto II na Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: esilvageo@mail.uft.edu.br

Endereço: Centro de Ciências Integradas - Av. Paraguai, s/n – esquina com Rua Uxiramas Setor Cimba. CEP: 77.824-838 - Araguaína - TO